



COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA
PRESIDÊNCIA
DIRETORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA
TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 50903.001936/2022-76

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de seguro patrimonial, contra eventos que possam gerar prejuízos e despesas decorrentes dos riscos cobertos, até o valor das importâncias seguradas, as quais constituem a base de cálculo dos limites máximos das indenizações.

1.1. Cobertura de incêndio, raio e explosões:

Local de Risco	Endereço		Áreas dos Bens e valor
Salvador	Av. da França, Comércio Porto de Salvador	Prédios Administrativos/Conteúdo Prédios Operacionais/Conteúdo Armazéns Portuários/Prédios	Áreas descritas na planilha Anexa R\$ 44.478.666,17
Candeias	Via Matoim – Candeias Porto de Aratu	Prédios Administrativos/Conteúdo Prédios Operacionais/Conteúdo Armazéns Portuários/Prédios	Áreas descritas na planilha Anexa R\$ 8.818.124,44
Ilhéus	Rua do Rotary, Centro Cidade de Ilhéus – Porto de Ilhéus	Prédios Administrativos/Conteúdo Prédios Operacionais/Conteúdo Armazéns Portuários/Prédios	Áreas descritas na planilha Anexa R\$ 22.993.822,80
		Valor Total dos Prédios 03 Portos Valor do Conteúdo dos 03 Portos Valor Total a ser Segurado	 R\$ 76.290.613,40

Observações: Estão incluídos na cobertura do item 1.1:

- a) Danos materiais decorrentes dos riscos cobertos causados exclusivamente ao estabelecimento segurado;
- b) Danos materiais decorrentes da impossibilidade de remoção ou proteção dos salvados, por motivo de força maior;
- c) Danos decorrentes de deterioração de bens guardados em ambientes especiais, em virtude de respectivo aparelhamento, desde que resultantes exclusivamente dos riscos cobertos corridos na área do terreno ou edificação do CONTRATANTE onde estiver localizado os bens descritos em apólice;
- d) Os prédios são compostos pelas edificações dentro do terreno, compreendendo instalações elétricas e hidráulicas, assim como tudo aquilo que componha suas construções, instalações de combate a incêndio, tubulações, benfeitorias indispensáveis ao funcionamento que integram sua estrutura de construção, bem como seu conteúdo, maquinismo, moveis, utensílios, equipamentos, instalações, antenas e torres de comunicação instalada dentro do terreno.

Coberturas adicionais de acordo com os locais de Risco constante no item 1.1

1.2.1 – Local de Risco – Porto de Salvador:

Coberturas	Importância Segurada	Franquias
PRÉDIO-INCENDIO, QUEDA RAO E EXPLOÇÃO DE GÁS	37.065.555,14	SEM FRANQUIA
CONTEUDO-INCÊNDIO, QUEDA RAO E EXPLOÇÃO DE GÁS	7.413.111,03	SEM FRANQUIA
DANOS ELÉTRICOS	684.050,00	ATÉ 10% DAS IDENTIFICAÇÕES
TULMUTOS, GREVES, LOCK OUT E ATOS DOLOSOS	342.025,00	ATÉ 15% DAS IDENTIFICAÇÕES
RESPONSABILIDADE CIVIL	1.368.100,00	ATÉ 10% DAS IDENTIFICAÇÕES
QUEBRA DE VIDROS	136.810,00	ATÉ 20% DAS IDENTIFICAÇÕES
DESMORONAMENTO	684.050,00	ATÉ 20% DAS IDENTIFICAÇÕES
IMPACTO DE VEÍCULOS TERRESTRES E QUEDA DE AERONAVES	1.368.100,00	ATÉ 20% DAS IDENTIFICAÇÕES
VANDAVAL SEM IMPACTO DE VEÍCULOS	1.368.100,00	ATÉ 10% DAS IDENTIFICAÇÕES
VAZAMENTO DE TANQUES E TUBULAÇÕES	684.050,00	ATÉ 10% DAS IDENTIFICAÇÕES
ALANGAMENTO	100.000,00	ATÉ 15% DAS IDENTIFICAÇÕES

PORTO DE SALVADOR		
--------------------------	--	--

1.2.2 – Local de Risco – Porto de Aratu - Candeias:

Coberturas	Importância Segurada	Franquias
PRÉDIO-INCENDIO, QUEDA RAIOS E EXPLOÇÃO DE GÁS	7.348.437,03	SEM FRANQUIA
CONTEUDO-INCÊNDIO, QUEDA RAIOS E EXPLOÇÃO DE GÁS	1.469.687,41	SEM FRANQUIA
DANOS ELÉTRICOS	684.050,00	ATÉ 10% DAS IDENTIFICAÇÕES
TULMOTOS, GREVES, LOCK OUT E ATOS DOLOSOS	1.368.100,00	ATÉ 15% DAS IDENTIFICAÇÕES
RESPONSABILIDADE CIVIL	1.368.100,00	ATÉ 10% DAS IDENTIFICAÇÕES
QUEBRA DE VIDROS	136.810,00	ATÉ 20% DAS IDENTIFICAÇÕES
DESMORONAMENTO	684.050,00	ATÉ 20% DAS IDENTIFICAÇÕES
IMPACTO DE VEÍCULOS TERRESTRES E QUEDA DE AERONAVES	1.368.100,00	ATÉ 20% DAS IDENTIFICAÇÕES
VANDALISMO SEM IMPACTO DE VEÍCULOS	1.368.100,00	ATÉ 10% DAS IDENTIFICAÇÕES
VAZAMENTO DE TANQUES E TUBULAÇÕES	684.050,00	ATÉ 10% DAS IDENTIFICAÇÕES
ALANGAMENTO	100.000,00	ATÉ 15% DAS IDENTIFICAÇÕES
PORTO DE ARATÚ		

1.2.3 – Local de Risco – Porto de Ilhéus:

Coberturas	Importância Segurada	Franquias
PRÉDIO-INCENDIO, QUEDA RAIOS E EXPLOÇÃO DE GÁS	19.161.519,00	SEM FRANQUIA
CONTEUDO-INCÊNDIO, QUEDA RAIOS E EXPLOÇÃO DE GÁS	3.832.303,80	SEM FRANQUIA

DANOS ELÉTRICOS	684.050,00	ATÉ 10% IDENIZAÇÕES	DAS
TULMUNTOS, GREVES, LOCK OUT E ATOS DOLOSOS	342.025,00	ATÉ 15% IDENIZAÇÕES	DAS
RESPONSABILIDADE CIVIL	1.368.100,00	ATÉ 10% IDENIZAÇÕES	DAS
QUEBRA DE VIDROS	136.810,00	ATÉ 20% IDENIZAÇÕES	DAS
DESMORONAMENTO	684.050,00	ATÉ 20% IDENIZAÇÕES	DAS
IMPACTO DE VEÍCULOS TERRESTRES E QUEDA DE AERONAVES	1.368.100,00	ATÉ 20% IDENIZAÇÕES	DAS
VANDAVAL SEM IMPACTO DE VEÍCULOS	1.368.100,00	ATÉ 10% IDENIZAÇÕES	DAS
VAZAMENTO DE TANQUES E TUBULAÇÕES	684.050,00	ATÉ 10% IDENIZAÇÕES	DAS
ALANGAMENTO	100.000,00	ATÉ 15% IDENIZAÇÕES	DAS
PORTO DE ILHÉUS	29.729.107,80		

VALOR TOTAL DOS PRÉDIOS DOS 03 PORTOS	63.575.511,17
VALOR TOTAL DO CONTEÚDO DOS TRÊS PORTOS	12.715.102,23

VALOR TOTAL PRÉDIOS + CONTEÚDO 03 PORTOS	76.290.613,40
---	----------------------

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação do serviço do objeto deste Termo de Referência é necessária para evitar prejuízos que poderiam causar desequilíbrio financeiro na empresa, no caso de eventuais sinistros de bens.

2.2. A contratação do serviço do objeto deste Termo de Referência é uma exigência legal, conforme Resolução Normativa nº 3274 - ANTAQ, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2014.

3. ATIVIDADES DA EMPRESA

3.1. Compete à administração do Porto Organizado, denominada autoridade portuária:

- a) Cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos e os contratos de concessão;
- b) Assegurar o gozo das vantagens decorrentes do melhoramento e aparelhamento do porto ao comércio e à navegação;
- c) Pré-qualificar os operadores portuários, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder concedente;
- d) Arrecadar os valores das tarifas relativas às suas atividades;
- e) Fiscalizar ou executar as obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias;
- f) Fiscalizar a operação portuária, zelando pela realização das atividades com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;
- g) Promover a remoção de embarcações ou cascos de embarcações que possam prejudicar o acesso ao porto, via canal de navegação;
- h) Autorizar a entrada e saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e o tráfego de embarcação na área do porto, ouvidas as demais autoridades do porto;
- i) Autorizar a movimentação de carga das embarcações, ressalvadas a competência da Autoridade Marítima em situações de assistência e salvamento de embarcação, ouvidas as demais autoridades do porto;
- j) Suspender operações portuárias que prejudiquem o funcionamento do porto, ressalvados os aspectos de interesse da Autoridade Marítima responsável pela segurança do tráfego aquaviário;
- k) Reportar infrações e representar perante a ANTAQ, visando à instauração de processo administrativo e aplicação das penalidades previstas em lei, em regulamento e nos contratos;
- l) Adotar as medidas solicitada pela demais autoridades no porto;
- m) Prestar apoio técnico administrativo ao Conselho de Autoridade Portuária e ao Órgão de Gestão de Mão de Obra;
- n) Estabelecer horário de funcionamento do porto, observadas as diretrizes da Secretaria Nacional dos Portos do Ministério dos Transportes Portos e Aviação Civil, e as jornadas de trabalho no cais de uso público; e
- o) Organizar a Guarda Portuária, em conformidade com a regulamentação expedida pelo poder concedente.

3.2. Dentro do limite da área do porto organizado compete à administração do porto:

3.2.1. Sob coordenação da Autoridade Marítima:

- a) Estabelecer, manter e operar o balizamento do canal de acesso e da bacia de evolução do porto;
- b) Delimitar as áreas de fundeadouro, de fundeio para carga e descarga, de inspeção sanitária e de polícia;
- c) Delimitar as áreas destinadas a navios de guerra e submarinos, plataformas e demais embarcações especiais, navios em reparo ou aguardando atracação e navios com cargas inflamáveis ou explosivas;
- d) Estabelecer e divulgar o calado máximo de operação dos navios, em função dos levantamentos batimétricos efetuados sob sua responsabilidade; e
- e) Estabelecer e divulgar o porte bruto máximo e as dimensões máximas dos navios que trafegarão, em função das limitações e características físicas do cais do porto;

3.2.2. Sob coordenação da Autoridade Aduaneira:

- a) Delimitar a área de alfandegamento; e

b) Organizar e sinalizar os fluxos de mercadorias, veículos, unidades de cargas e de pessoas.

c) Além das Responsabilidades definidas em lei, e expostas acima, a SPA; também opera os seguintes serviços:

I - Dragagem dos canais;

II - Serviços de Emergência;

III - Serviços de Segurança;

IV - Tratamento de lixo e dejetos;

V - Administrar pátios de estacionamento para atender o fluxo de caminhões vazios que operam na região do Porto, com vistas a ordenar o trânsito nas vias de acesso;

VI - Toda e qualquer atividade constante no Estatuto da CODEBA.

3.3. LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA DA APÓLICE (LMG):

3.3.1. O Limite Máximo de Garantia da Apólice representará o limite máximo de responsabilidade da Sociedade Seguradora, aplicado quando uma reclamação, ou série de reclamações decorrentes do mesmo fato gerador, é garantida por mais de uma das coberturas contratadas. O LMG da Apólice é fixado com valor menor ou igual à soma dos limites máximos de indenizações estabelecidos individualmente para cobertura contratada. Na hipótese de soma das indenizações, decorrentes do mesmo fato gerador, atingir o LMG, a Apólice poderá ser cancelada;

3.3.2. O Limite Máximo de Indenização por cobertura (LMI), é o limite máximo de responsabilidade da sociedade Seguradora, por cobertura, relativo a reclamação ou série de reclamações decorrentes do mesmo fato gerador. Os Limites Máximos de Indenização estabelecidos para coberturas distintas são independentes, não se somando nem se comunicando.

3.4. Não é permitido a participação de corretor na licitação.

3.5. Não será permitido cosseguro.

4. DO PARCELAMENTO DO OBJETO

4.1. Por se tratar de único objeto, não se aplica o parcelamento.

5. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

5.1. O Proponente deverá apresentar:

a) Atestado(s) de capacidade Técnica, em nome da proponente, expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, (não sendo admitidos atestados de corretoras para seguradoras ou de seguradoras para seguradoras), que comprovem a prestação de serviços anteriores, de características semelhantes ou de maior porte e complexidade, compatíveis com o objeto da presente licitação.

b) Os atestados apresentados deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - dados da empresa licitante: nome, CNPJ;

II - dados da empresa cliente: nome, razão social, CNPJ, endereço;

III - descrição dos serviços com dados que permitam o amplo entendimento dos trabalhos realizados e identifiquem a compatibilidade e semelhança com o objeto da licitação;

IV - dados do emissor do atestado: nome e contato;

V - local, data de emissão e assinatura do emissor.

a) Declaração expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP de que está autorizada a operar regularmente nos ramos de seguro objeto deste pregão.

6. ESPECIFICAÇÕES

6.1. A Apólice de Seguro Patrimonial a ser contratada pela CODEBA deverá, obrigatoriamente, respeitar o disposto na Circular SUSEP 291 de 13/05/2005 e suas atualizações, bem como o exposto neste termo de referência.

6.2. O Seguro Patrimonial a ser contratado pela CODEBA se dará no regime de empreitada por preço Global da Cobertura a primeiro risco absoluto, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista que se manifestem através de avarias, perdas ou danos materiais aos bens segurados e que exijam reparos ou reposição, inclusive quebra de máquinas.

6.3. Cobertura de perdas e danos causados a terceiros, inclusive em decorrência das responsabilidades da Autoridade Portuária, previstas na Lei n.º 12815/2013, de 05/06/13, com Responsabilidade Civil do Empregador e Danos Morais, compreendendo também poluição súbita, bem como os custos e despesas pela remoção de qualquer embarcação naufragada na vigência da Apólice, e/ou dos destroços após acidente, desde que tais custos e despesas sejam assumidos pela Autoridade Portuária, em cumprimento à legislação em vigor, ou com o propósito de se evitar ou minimizar um novo sinistro, além dos custos e despesas judiciais, de perícia, regulação, avaliação e apelação, nos termos do objeto deste Termo de Referência.

6.4. As condições gerais e particulares referentes a cada cobertura, bem como, as ocorrências que nela poderão não ser incluídas, são aquelas vigentes e aplicadas do mercado segurador e aprovadas pelos órgãos fiscalizadores e regulamentadores (SUSEP).

6.5. As condições acima valerão, também, para os eventuais endossos, reforços, bem como alteração ou exclusão nas apólices durante a vigência do Contrato, mediante comunicação da CODEBA.

6.6. O pagamento das indenizações de sinistros cobertos pelas Apólices objeto deste Termo de Referência deverá ser efetuado na totalidade, não se admitindo pagamento parcelado.

6.7. SEGURADO: COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA. CNPJ: **14.372.148/0001-61**

7. **GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

7.1. A Gestão do contrato será realizada pela Gerência Administrativa (GAD).

7.2. A Fiscalização e acompanhamento do seguro predial ficará sob a responsabilidade do Fiscal do Contrato, indicado pela GAD e designado através de Portaria expedida pelo Diretor-Presidente.

7.3. São atribuições do Gestor do Contrato:

- a) Gerir a execução do contrato;
- b) Receber e liberar as notas fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
- c) Manter comunicação ativa com a contratada por meio de reuniões, correspondências eletrônicas, ofícios entre outros;
- d) Propor a realização de aditamentos contratuais quando necessário;
- e) Notificar a contratada sobre eventuais irregularidades encontradas em situações desconformes com o contrato;
- f) Propor aplicação de sanções administrativas à contratada, em virtude de inobservância ou descumprimentos às cláusulas contratuais ou ordens da fiscalização;
- g) Analisar e propor autorização a contratação de empresas terceirizadas.

7.4. São atribuições do Fiscal do Contrato:

- a) Acompanhar a execução dos serviços conforme descrito no Projeto Básico / Termo de Referência;
- b) Manter entendimentos com os demais setores da CODESP e intervenientes externos, visando à execução dos serviços;
- c) Acompanhar o cronograma físico-financeiro e informar ao Gestor as diferenças observadas no andamento dos serviços;

- d) Propor ao Gestor, quando necessário, aditamentos contratuais acompanhados das justificativas pertinentes;
- e) Comunicar formalmente ao Gestor do Contrato as irregularidades encontradas em situações desconformes com o Processo Administrativo e com a Lei;
- f) Propor aplicação de sanções administrativas à contratada, em virtude de inobservância ou descumprimentos às cláusulas contratuais ou ordens da fiscalização;
- g) Atestar nota fiscal/fatura da execução dos serviços.

8. **CONDIÇÕES GERAIS**

- 8.1. Poderão participar da presente licitação, as empresas devidamente cadastradas e habilitadas no SICAF, de acordo com a IN/MARE nº05, de 21.07.95, e alterações posteriores;
- 8.2. Os licitantes ficarão obrigados a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo de habilitação, na forma do artigo 32, parágrafo 2º, da lei nº 8666/93;
- 8.3. Comprovação da SUSEP, de constituição das reservas técnicas, devidamente atualizado;
- 8.4. Comprovação mediante apólice de seguro, em nome da empresa proponente, fornecido por pessoas jurídicas de direito privado, devidamente registrado na SUSEP, de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objetivo do presente edital;
- 8.5. Declaração expressa, do licitante, de que tem pleno conhecimento do objeto da presente licitação e que se submete, integral e irretratavelmente, a todas as exigências deste Termo;
- 8.6. Os documentos acima mencionados poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa Oficial;
- 8.7. Não será permitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata ou falência decretada, concurso de credores, processo de insolvência, dissolução, liquidação;
- 8.8. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do proponente;
- 8.9. A licitante deverá informar o prazo de entrega das apólices, manuais e demais documentos relacionados com o seguro dos bens, que não poderá ser superior a 15 (quinze) dias úteis da data do recebimento do valor do prêmio ou da 1ª parcela;

9. **VISTORIA**

- 9.1. É facultado aos licitantes realizar vistoria nos imóveis, a fim de verificar as especificações apresentadas.
- 9.2. A vistoria realizada pela empresa não será ensejará emissão de nenhum termo ou comprovante pela CODEBA.
- 9.3. Em hipótese alguma o desconhecimento das condições dos imóveis poderá ser alegado como justificativa para execução irregular do seguro a ser contratado.
- 9.4. Os licitantes poderão declarar que conhecem fielmente o objeto do Termo de Referência independente de terem realizado a vistoria.

10. **APÓLICE**

- 10.1. A apólice deve ter:
 - a) Discriminação por item, dos imóveis cobertos pelo seguro, incluindo os conteúdos;
 - b) O valor do prêmio total;
 - c) A discriminação dos prejuízos indenizáveis e dos direitos do segurado;
 - d) O valor da franquia.

11. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303, de 2016, da Lei nº 10.520, de 2002, e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA a Contratada que:

11.1.1. Ensejar inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. Fraudar na execução do contrato;

11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5. Cometer fraude fiscal;

11.1.6. Não manter a proposta.

11.2. Pela inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações estabelecidas na execução do objeto contratado, a CODEBA poderá aplicar ao contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.2.2. Multa moratória:

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias. Após este prazo e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) de 2% (dois por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, pela demora em substituir o material rejeitado;

11.2.3. Multa compensatória:

a) de até 2% (dois por cento) em caso de inexecução parcial, sobre o valor total do contrato;

b) de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.3.1. As importâncias relativas às multas serão descontadas pela CONTRATANTE de eventuais créditos a vencer da empresa CONTRATADA. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a Contratante deverá fazer o pagamento por meio de depósito bancário destinado à CODEBA, ou, quando for o caso, será cobrado judicialmente.

11.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODEBA, pelo prazo de até 2 (dois) anos poderá ser aplicada à empresa que:

11.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.3.3. Não assinar o Contrato no prazo estabelecido neste instrumento;

11.3.4. Deixar de entregar a documentação exigida neste instrumento;

11.3.5. Apresentar documentação falsa exigida neste instrumento;

11.3.6. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

11.3.7. Não manter a proposta;

11.3.8. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

11.3.9. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se os procedimentos internos da CODEBA, e subsidiariamente a Lei nº 9.784 de 1999.

11.5. As sanções de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODEBA poderão ser aplicadas juntamente com a de multa.

11.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

11.7. Da decisão final cabe recurso à autoridade competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato. No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a importância devida correspondente à aplicação da multa deverá ser recolhida junto à GRF/CODEBA, em até 5 (cinco) dias úteis a partir da sua notificação da decisão final. Caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, a Contratante descontará a referida importância, de eventuais créditos a vencer da empresa Contratada. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a Contratante deverá fazer o pagamento por meio de Guia de Recolhimento – GDR, que será creditado na conta da CODEBA e, quando for o caso, será cobrado judicialmente.

11.8. Na execução contratual, cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à CODEBA (funcionários, suas instalações, imagem), meio ambiente ou a terceiros.

11.9. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

12. PRAZO

12.1. A vigência e a execução do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do contrato, quando deverão ser iniciados os serviços, podendo ser prorrogado até o limite de 5 (cinco) anos como previsto no art. 71 da Lei Federal 13.303/16.

12.2. Antes de encerrado o prazo contratual de execução fixado no **subitem 12.1**, havendo interesse das partes contratadas, o contrato poderá ser prorrogado, desde que a CODEBA notifique por escrito à contratada dessa sua intenção e desta, obtenha a concordância, mediante a celebração de Aditivo, nas mesmas condições do instrumento contratual celebrado.

13. VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO

13.1. O valor global estimado para a contratação é de **R\$ 560.850,57** (Quinhentos e Sessenta Mil e Oitocentos e Cinquenta Reais e Cinquenta e Sete Centavos).

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Os serviços licitados deverão ser prestados diretamente pela CONTRATADA, sendo vedada a cessão, transferência ou subcontratação, parcial ou total, exceto para a cessão de cosseguro.

15. DO REAJUSTE

15.1. O preço contratado, desde que observado a periodicidade mínima de 12 (doze) meses contados da data limite da apresentação da proposta de preço ou, nos reajustes subsequentes, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste concedido, poderá ser reajustado, para mais ou para menos, pela variação acumulada do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) da FGV, observada a seguinte fórmula:

$$R = (I_r - I_0) \times P \text{ IO}$$

Onde:

Para o primeiro reajuste:

R - reajuste procurado;

Ir – índice do mês do reajuste;

Io – índice do mês da data da proposta ou da data limite para a sua apresentação;

P – valor atual do contrato

Para os reajustes subsequentes:

R - reajuste procurado;

Ir – índice do mês do novo reajuste;

Io – índice do mês dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

P – valor do contrato atualizado até o último reajuste

15.2. Após a concessão do primeiro reajuste, para os subsequentes, deverá ser observada a seguinte fórmula:

Onde:

$$Pr - P + (P \times V)$$

Pr – é o preço novo ou reajustado;

P – preço atual;

V – variação percentual obtida na forma do parágrafo anterior, de forma que (PxV) significa o acréscimo ou redução de preço decorrente de reajustamento.

15.3. Os reajustes deverão ser precedidos de requerimento escrito da CONTRATADA acompanhado da memória de cálculo, observadas as disposições contidas neste contrato.

15.4. Ocorre a preclusão do direito ao reajuste nas hipóteses de ausência de requerimento, de prorrogação da vigência do contrato sem pleiteá-lo e de término da vigência contratual.

15.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado o que vier a ser determinado pela legislação ou aquele que o substituir.

15.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, a CODEBA elegerá novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

15.7. Os efeitos financeiros do reajuste serão iniciados a partir da data de aquisição do direito pela contratada, observadas as disposições contidas nesta cláusula.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. A garantia contratual será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições nele estabelecidas.

16.2. A garantia deverá ser prestada pelo contratado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato e prorrogável uma vez por igual período e será liberada ou restituída após a elaboração do termo de encerramento do contrato.

16.3. A validade da garantia deverá corresponder ao prazo de vigência contratual acrescido de três meses, devendo ser renovada a cada prorrogação ou renovação contratual e complementada em casos de aditivos e apostilamentos para reajustes e repactuações.

17. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1. Após a assinatura do contrato deverá ser emitida Apólice do Ramo de Seguro de Operador Portuário com as coberturas solicitadas neste Termo de Referência e vigência de 12 meses.

18. GARANTIA

18.1. As propostas de Seguro, objeto deste Termo de Referência, deverão garantir a CODEBA o recebimento de indenizações, ou seja, a desoneração por prejuízos sofridos e indenização de danos decorrentes das atribuições e responsabilidades da Autoridade Portuária, e suas condições deverão atender obrigatoriamente às disposições deste Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato;

19.2. Exercer a fiscalização do contrato;

19.3. Informar formalmente a CONTRATADA de todos os normativos e regulamentos que são afetos ao seu contrato e devem ser observados;

19.4. Designar nominalmente no curso do processo administrativo os gestores e fiscais do contrato;

19.5. Observar a Matriz de Risco.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1. Conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do Instrumento Convocatório e da legislação vigente;

20.2. Prover os serviços ora contratado;

20.3. Manter sigilo sobre toda e qualquer informação, seja meio físico seja eletrônico, ficando vedado a utilização ou divulgação destas;

20.4. Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

20.5. Manter, durante toda a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

20.6. Indicar, a partir da assinatura do contrato, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, o preposto, para efetuar a interlocução com a Fiscalização da CODEBA, em horário comercial, e outras responsabilidades da CONTRATADA e que tenha capacidade gerencial para tratar os assuntos definidos no contrato, bem como atender às solicitações do CONTRATANTE;

20.7. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando providências requeridas relativas ao andamento dos serviços contratados;

20.8. O CONTRATADO deverá comunicar imediatamente qualquer irregularidade ao fiscal e gestor;

20.9. Observar a Matriz de Risco.

21. PAGAMENTO

21.1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta corrente informada na proposta da seguradora, no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento pela CODEBA do documento hábil para pagamento.

21.2. O documento encaminhado pela seguradora para fins de pagamento deverá conter ou estar acompanhado de documento que contenha os dados necessários à identificação do seguro contratado e da vigência do mesmo.

21.3. O procedimento de pagamento do prêmio de seguro só se efetivará após a comprovação da regularidade fiscal por parte da seguradora contratada.

22. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

22.1. CONTRATADA obriga-se a cumprir as seguintes práticas de sustentabilidade:

22.2. Fazer conhecer e cumprir a Política Ambiental da Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA por todos os funcionários da CONTRATADA que prestarem serviços à CONTRATANTE, mantendo registro documental que evidencie atendimento a este item sempre que solicitado;

22.2.1. Adotar e evidenciar ações de uso racional de água e energia em suas instalações;

22.2.2. Empregar materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental;

22.2.3. Dar preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local em seus processos.

23. MATRIZ DE RISCO CONTRATUAL

23.1. Sendo cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, segue a classificação de riscos, conforme matriz.

ITEM	EVENTO	NÍVEL RISCO	RESPONSÁVEL
1	Atraso na emissão das apólices.	15	CONTRATADA
2	Aumento de custos e das despesas necessárias à realização dos serviços contratados.	10	CONTRATADA
3	Possibilidade de falência da contratada.	10	CONTRATADA
4	Erro na confecção dos elementos técnicos.	10	CONTRATANTE
5	Restrição em função de documentos da Contratada.	5	CONTRATADA
6	Erro na elaboração da Proposta.	6	CONTRATADA

1.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Falcão de Castro, Chefe de Serviço**, em 23/11/2022, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Joese de Andrade Bandeira Leandro, Gerente**, em 23/11/2022, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6549853** e o código CRC **8839BA63**.



Referência: Processo nº 50903.001936/2022-76



SEI nº 6549853

Av. França, nº 1551 - Bairro Comércio
Salvador/BA, CEP 40010-000
Telefone: 7133201359 - www.codeba.com.br